



04 DE JULHO DE 2016

Segunda-feira

- COBRANÇA SOBRE NEGOCIAÇÕES TRABALHISTAS PODE 'MORDER' ATÉ 1% DA RENDA BRUTA
- GOVERNO PRORROGA PRAZO PARA RETIRADA DO ABONO SALARIAL PIS/PASEP DE 2015
- BIG DATA AUTOMATIZA A GESTÃO DE PESSOAS
- VENDA DE CARROS NOVOS REGISTRA PIOR SEMESTRE EM 10 ANOS
- PETROBRAS DEMITE TRÊS E PUNE 17 POR IRREGULARIDADES EM CONTRATOS
- TAKATA TEM PLANOS DE LANÇAR AIRBAG LATERAL
- CAPACIDADE DE PRODUÇÃO OCIOSA FREIA INVESTIMENTO
- PARALLAXIS VÊ RETOMADA INCIPIENTE DE EXPORTAÇÕES DE SETORES LIGADOS À INDÚSTRIA
- FIESP LANÇARÁ EM AGOSTO ANUÁRIO SOBRE MERCADO ILÍCITO ABRANGENDO NOVE SETORES
- CHANCE DE AUMENTAR APOSENTADORIA ESTÁ NAS MÃOS DOS MINISTROS DO SUPREMO
- NOVA REGRA PARA VUCs FAVORECE MERCEDES
- BMW, INTEL E MOBILEYE SE UNEM POR CARRO AUTÔNOMO
- CLIENTE GOSTA DE DEMONSTRAÇÃO DO CARRO NO TABLET E TEST DRIVE
- BRIDGESTONE APRESENTA SISTEMA INOVADOR DE MONTAGEM DE PNEUS
- VOLVO PASSA A PRODUZIR MOTORES INDUSTRIAIS NO BRASIL
- ELEB EQUIPAMENTOS INVESTE NA ÁREA DE USINAGEM
- KORLOY INVESTE PARA CRESCER NO MERCADO BRASILEIRO
- POLÍTICA CAMBIAL VOLTA A PREJUDICAR A INDÚSTRIA
- ROMI-ISETTA, 1º CARRO PRODUZIDO NO PAÍS, COMPLETA 60 ANOS
- FLUIDO DE CORTE DIMINUI TORQUE NA USINAGEM
- MAXION WHEELS INVESTE EM FÁBRICA DE RODAS DE ALUMÍNIO EM LIMEIRA
- RETOMADA DA GERAÇÃO DE EMPREGOS SÓ DEVE SER REALIDADE EM 2020
- EXPORTADORES CALCULAM PERDAS COM QUEDA DO DÓLAR

- EMPRESAS RENEGOCIAM R\$ 420 BILHÕES EM DÍVIDAS
- ANALISTAS PREVEEM DÓLAR A R\$ 3,46 AO FINAL DE 2016
- PROJEÇÃO PARA INFLAÇÃO 2016 CAI PARA 7,27% APÓS 6 SEMANAS ESTÁVEL, SEGUNDO FOCUS
- DÓLAR EM BAIXA AMEAÇA EXPORTAÇÕES, MAS PODE ALIVIAR RECESSÃO
- CONFIANÇA DO PEQUENO EMPRESÁRIO CRESCE, MAS PESSIMISMO PERSISTE
- DESAPOSENTADORIA CONTINUA INCERTA NA JUSTIÇA EM MEIO A 'CHUVA' DE PEDIDOS
- CARRO TOTALMENTE AUTÔNOMO É FUTURO DISTANTE

CÂMBIO EM 04/07/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,239	3,240
Euro	3,609	3,611

Fonte: BACEN

Cobrança sobre negociações trabalhistas pode 'morder' até 1% da renda bruta

04/07/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Seis das maiores centrais sindicais do Brasil apoiam a criação de um projeto de lei que poderá regulamentar uma nova cobrança: a contribuição negocial, que incidirá sobre a folha de pagamento de todos os trabalhadores sempre que houver reajustes salariais das categorias. A taxa, também conhecida como contribuição assistencial, é cobrada hoje pela maioria das entidades, mas apenas dos trabalhadores sindicalizados.

Fim da contribuição compulsória

O formato de financiamento sindical por meio de contribuições compulsórias é questionado por algumas das entidades de classe. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), que é a maior instituição do país, por exemplo, defende o fim do imposto sindical e a substituição pela taxa negocial.

Para a CUT, a iniciativa daria fim aos "sindicatos de fachada" e fortaleceria as entidades. Além da central, o Ministério Público do Trabalho também expressou apoio à cobrança exclusiva para sindicalizados.

Um levantamento da comissão que estuda a matéria indica que desde 1995 foram apresentadas no Congresso pelo menos 12 Propostas de Emenda à Constituição (PECs) pelo fim do imposto sindical.

Conforme o relatório apresentado pela Comissão Especial Sobre Financiamento da Atividade Sindical da Câmara dos Deputados, o valor não poderá superar 1% do rendimento bruto anual dos trabalhadores.

A cobrança será mensal e só não ocorrerá em março, quando há o desconto do imposto sindical, que é compulsório e continuará em vigor. O valor desta última taxa corresponde a cerca de um dia de trabalho no ano.

Em 2015, a estimativa é que as entidades arrecadaram R\$ 3,1 bilhões com a taxa obrigatória. Entretanto, se a regulamentação da cobrança negocial seguir em frente, a tendência é que as instituições engordem – e muito – o caixa.

Para um profissional com salário bruto de R\$ 1 mil, o imposto sindical corresponde a R\$ 33,33 ao ano. Mas, se esse mesmo trabalhador contribuir com 1% dos rendimentos, em um ano ele terá R\$ 120 a menos.

De acordo com a professora de Direito Sindical do UniCuritiba Miriam Cipriani Gomes, o desconto assistencial é previsto de maneira genérica pelo artigo 513 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que impõe “contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.”

O projeto, no entanto, mantém o direito à oposição dos trabalhadores, que poderão expressar a negativa à cobrança apenas de forma presencial e por escrito durante as assembleias.

“O problema é que os trabalhadores não comparecem às assembleias, salvo em categorias mais organizadas, e, portanto, vão acabar deixando de exercer esse direito”, considera Miriam. A previsão é que a matéria seja novamente discutida pela comissão antes de entrar em votação na Câmara, a partir de julho.

Para o presidente da União Geral dos Trabalhadores do Paraná (UGT-PR), Paulo Rossi, do total da arrecadação das entidades hoje, 70% provêm da contribuição sindical e 30% da assistencial.

Entretanto, caso a proposta seja aprovada, essa proporção deverá se inverter, o que representará um alívio em anos de crise. “A má situação financeira dos sindicatos se deve hoje aos mais de 11 milhões de desempregados no Brasil. Só a arrecadação da UGT no Paraná caiu 23% no acumulado do ano”, afirma Rossi.

O gabinete do relator do projeto, deputado Adalberto Souza Galvão, o Bebeto (PSB-BA), foi procurado para apresentar o estudo sobre impacto da medida para a arrecadação das instituições, mas a reportagem não recebeu um retorno até o fechamento desta edição.

'Negociado sobre o legislado' abre espaço para regulamentação

O secretário-geral da Força Sindical João Carlos Gonçalves, o Juruna, considera que o atual momento político, em que se discute o negociado sobre o legislado nas questões trabalhistas, abre espaço para a regulamentação.

A aposta das centrais que encabeçam o projeto é aprová-lo ainda na gestão do presidente em exercício, Michel Temer.

Para o dirigente, porém, a aprovação precisa estar vinculada a uma maior democratização e transparência das entidades.

“Alguns sindicatos possuem diretorias que estão no cargo há mais de dez anos. Com a regulamentação do tempo de mandato e maior divulgação das eleições, abrimos o direito de voto para sindicalizados e não sindicalizados”, argumenta.

Entre as centrais que apoiam a medida estão a Força Sindical, a UGT e a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

Conforme a proposta, do total arrecado com a contribuição negocial, 80% serão destinados ao respectivo sindicato, 5% para a central sindical, 5% para a confederação, 5% para a federação, 4,5% para o Conselho Nacional de Autorregulação Sindical e 0,5% para o custeio da fiscalização da cobrança.

Governo prorroga prazo para retirada do abono salarial PIS/Pasep de 2015

04/07/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Em mais uma tentativa de impor uma agenda positiva, o governo federal anunciou nesta sexta-feira (1º) a extensão do prazo para retirada do abono salarial do PIS/Pasep referente a 2015, que havia sido encerrado na quinta-feira (30).

Os trabalhadores que não recuperaram o pagamento em uma agência da Caixa Econômica Federal poderão retirá-lo entre os dias 28 de julho e 31 de agosto. Segundo o Ministério do Trabalho, 1,2 milhão de pessoas não sacaram o benefício, equivalente a um salário mínimo, o que representa cerca de 5% de 23,6 milhões que têm direito a receber o abono.

O valor não retirado é de cerca de R\$ 880 milhões, levando-se em conta que o valor atual do salário mínimo é de R\$ 880. Os recursos não sacados retornam para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O percentual de 5% é semelhante à média de anos anteriores. Perguntado o motivo de ter sido aberta uma exceção neste ano, o ministro Ronaldo Nogueira justificou que a meta do governo federal é atingir a integralidade do saque do benefício.

“O percentual permanece na média dos últimos anos, porém, o governo federal inova nessa iniciativa, ampliando o prazo e tentando estabelecer um percentual maior”, disse, ressaltando que o governo federal ampliará campanhas informativas.

Têm direito ao abono pessoas cadastradas no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos, com remuneração mensal média de até dois salários mínimos durante o ano-base de atribuição do benefício e que exerceram atividade remunerada durante pelo menos 30 dias no ano-base.

Além disso, o trabalhador tem que ter seus dados informados pelo empregador (pessoa jurídica) na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Big data automatiza a gestão de pessoas

04/07/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Que a gestão de capital humano é um fator relevante na organização profissional, muitas empresas já sabem. Profissionais especializados em RH e consultoria estudam e aplicam ferramentas que qualifiquem a atração e a retenção de talentos em cada área.

A novidade nesse meio são as tecnologias desenvolvidas com o uso de banco de dados e inteligência artificial. Ferramentas de gestão permitem cadastrar dados dos funcionários e combiná-los para entender onde é necessário fazer alterações para melhorar os resultados de uma equipe.

4ª Revolução Industrial

O Fórum Econômico de Davos de 2016 pontuou que entramos na quarta revolução industrial, onde inteligência artificial e robotização irão tomar o lugar de milhões de empregos nos próximos cinco anos.

Segundo Castello, dentro dessa premissa, atividades que são manuais serão ao máximo otimizadas, automatizadas ou extintas.

Para superar o avanço dessa tecnologia, os profissionais que estão nesse mercado devem se atualizar para poder trabalhar com a ferramenta.

O big data (grande volume de dados, alguns estruturados e outros não) é usado para organizar ações e fazer previsões de negócios. Agora, as empresas começaram a usar a ferramenta na gestão de pessoas. E cada vez mais esse parece ser o futuro da área de recursos humanos.

Na contratação de pessoas, por exemplo, os profissionais de RH aplicam questionários para mapear o perfil dos candidatos. O gestor do setor determina quais características são necessárias para trabalhar naquela área.

A ferramenta faz a correlação entre essas informações e as que são fornecidas pelos candidatos e, então, seleciona quais são as melhores opções para preencher determinada vaga.

Essa é uma aplicação relativamente nova para o uso do banco de dados, mas, seguindo as previsões de quem trabalha com o big data, elas geram resultados visíveis e estarão cada vez mais presentes na rotina dos funcionários.

A expectativa da transformação que o uso desses dados, combinados com inteligência artificial e robótica, vão trazer para as formas de trabalho que conhecemos hoje é tão grande que especialistas já usam esses conceitos para embasar o que chamam de 4.ª Revolução Industrial.

Ciclo do big data

A aplicação de ferramentas como analytics e big data acontece da seguinte maneira:

1 O especialista em negócio pontua quais características são fundamentais para medir o rendimento de sua área e explica as necessidades do setor para o profissional de TI.

2 O profissional de TI entende a demanda de cada área e monta o sistema que vai puxar as informações relevantes para a análise dos dados fornecidos.

3 O gestor de cada área usa os dados fornecidos pela ferramenta para pensar em mudanças e investimentos no setor.

Além da contratação, os profissionais de RH e consultoria podem usar essas ferramentas para fazer investimentos assertivos em suas equipes. Paulo Castello, CEO da Fhinck, startup que desenvolve ferramentas para aprimorar a gestão de empresas, afirma que é possível usar esses recursos para trazer insights para as equipes.

“Através de um algoritmo, podemos ler a personalidade do usuário, o perfil comportamental. Com o histórico da atividade da empresa, conseguimos dizer qual a configuração ideal de perfil de time para determinada operação. Juntando isso com informações do RH, é possível organizar inteligências, colocar a pessoa certa no lugar certo e ela vai trabalhar feliz. Porque gosta de fazer aquele trabalho, entrega qualidade”, afirma.

Por enquanto, as ferramentas que fazem esse cruzamento de dados operam em atividades repetitivas, rotineiras. Com a medida em que os estudos sobre sua aplicação em empresas avancem, a tendência é que elas passem a automatizar ações de gestão. Segundo Castello, elas terão autonomia para criar ações de incentivo para otimizar o rendimento e aumentar o resultado dos funcionários.

Ferramenta vai eliminar funções, mas também criar empregos

Muitos podem se perguntar como essas ferramentas afetam a rotina de trabalho. Acontece que, a partir do momento em que são aplicadas na gestão de pessoas, elas ajudam a automatizar alguns procedimentos, o que vai gerar corte de profissionais – talvez até de funções inteiras. Mas, ao mesmo tempo, o uso de big data requer novas tecnologias e procedimentos, com novas profissões sendo geradas para administrar essa ferramenta.

Para Antonio Loureiro, CEO da Conquest One, uma empresa de recrutamento, a maior dica é para os profissionais da área de informática. “É algo que os profissionais de TI devem se atualizar. Quem trabalha com analytics e big data precisa de conhecimento específico e existe uma carência grande para atender demandas nessa área”.

Segundo o CEO, esses profissionais farão a leitura das demandas de cada área e vão convertê-las em estrutura de informações capazes de fazer o cruzamento de dados. Ele também ressalta o surgimento de novos profissionais.

“Arquitetos de informações. Profissionais com experiência de negócio, senso de oportunidade, gestão. Serão necessários especialistas que saibam traduzir as informações geradas.”

O empresário Paulo Castello afirma que novos empregos serão gerados na área de análise de dados e organização de informações. Além disso, as empresas irão contratar pessoas que serão especializadas em ensinar a ferramenta a trabalhar com o modelo de organização da companhia.

“Caberá à nova geração um ambiente de trabalho mais colaborativo, mais intuitivo e principalmente mais dinâmico, com informações em tempo real. Essa dinâmica exigirá dos gestores uma atenção especial às análises de informações, sejam dados ou gráficos.”

Ele ressalta que além da capacidade de análises, quem está chegando agora no mercado de trabalho deve trabalhar suas competências de liderança.

Venda de carros novos registra pior semestre em 10 anos

04/07/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



As vendas de veículos novos no Brasil no primeiro semestre somaram 983,5 mil unidades, desempenho 25,4% inferior ao de igual intervalo de 2015. É o pior resultado para o período em dez anos.

Em junho, as vendas também foram as mais baixas para o mês desde 2006, com um total de 171,8 mil automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, segundo dados do mercado com base nos licenciamentos do Denatran.

Em relação a maio, os negócios cresceram 2,57%, mas a indústria credita a melhora ao fato de junho ter um dia útil a mais. No comparativo da média diária, houve recuo de 2% nas vendas.

O segmento de caminhões é o que segue com maior recuo, de 33% em junho ante o mesmo mês do ano passado. Em relação a maio, houve melhora de 3%.

O que tem gerado esperança entre as fabricantes de que há sinais de melhora no mercado total é a redução, mês a mês, do acumulado da queda anual de vendas. Em janeiro estava em 38,8%, foi a 31,3% no bimestre e a 28,6% no trimestre. Nos primeiros quatro meses baixou para 27,9%, na sequência para 26,6% e agora está em 25,4%.

A previsão da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) é encerrar o ano com vendas de 2 milhões de veículos, o que representará queda de 19% na comparação com 2015.

Enquanto não há recuperação efetiva do mercado, as montadoras seguem adotando medidas de corte de produção, com redução de jornada, férias coletivas, suspensão de contratos (lay-off) e abertura de programas de demissão voluntária (PDV). Em 12 meses encerrados em maio, as montadoras fecharam 10,2 mil postos de trabalho.

Liderança

A General Motors encerrou o semestre como líder de vendas de carros e comerciais leves, com 16,5% de participação, seguida pela Fiat (15,1%) e Volkswagen (3,3%). Hyundai e Toyota ocupam a quinta e sexta posição, respectivamente com 10,1% e 9% de participação.

Os carros mais vendidos em junho foram Chevrolet Onix (11,5 mil unidades), Hyundai HB20 (9,5 mil), Renault Sandero (6 mil), Ford Ka (5,8 mil) e Chevrolet Prisma (5,5 mil).

No acumulado do ano, a liderança também é do Onix (68,5 mil unidades), seguido por HB20 (55,9 mil), Ka (34,5 mil), Corolla e Gol (31,8 mil).

Na quarta-feira, a Anfavea divulgará dados de produção, exportações e empregos.

Petrobras demite três e pune 17 por irregularidades em contratos

04/07/2016 - Fonte: Bem Paraná

A Petrobras decidiu demitir três empregados e aplicar sanções a outros 17 por fraudes na contratação de empresas de prestação de serviços e no programa de descontos na compra de remédios. As punições são resultado de investigações internas, que identificaram "desvios de conduta e de procedimentos", segundo comunicado divulgado aos empregados nesta sexta-feira (1).

A empresa não divulgou nomes, mas a reportagem apurou que um dos demitidos é o gerente executivo de responsabilidade social, Antônio Santana, que já comandou de forma interina a área de recursos humanos.

A investigação interna apurou a contratação das empresas fornecedoras de mão de obra Hope e Personal, citadas em delação da Lava Jato como fonte de um esquema de propina que beneficiava José Dirceu. O comunicado divulgado pela Petrobras nesta sexta, a estatal diz que as demissões foram por justa causa.

"Foi apurado o envolvimento de 26 pessoas e recomendadas sanções a 20 delas", diz o texto. Oito empregados foram suspensos e outros nove, que haviam aderido ao plano de incentivo à demissão voluntária (PIDV), terão os benefícios do programa cancelados.

"O cancelamento do PIDV das pessoas envolvidas levará, em muitos casos, a processos de cobrança de ressarcimento pela Petrobras no âmbito judicial", diz a empresa. Quatro dos investigados não serão punidos, por não terem sido considerados responsáveis. Dos dois restantes, um já deixou a companhia e outro sairá no PIDV.

De acordo com a estatal, as investigações tiveram início a partir da delação de Pascowitch e de denúncias recebidas nos canais internos da companhia. A Petrobras não especificou, porém, que tipo de irregularidades foram encontradas nos contratos.

Hope e Personal fornecem mão de obra terceirizada e experimentaram grande crescimento na Petrobras durante a gestão PT. O sistema de acesso informação da estatal mostra contratos de R\$ 5,154 bilhões com as duas empresas, assinados entre os anos de 2007 e 2015.

No texto para os empregados, a Petrobras diz que a conclusão das investigações, "marca mais um avanço das mudanças na governança corporativa" e que "sempre que forem encontrados malfeitos, a Petrobras punirá os responsáveis".

Takata tem planos de lançar airbag lateral

04/07/2016 - Fonte: Paraná Online

Ainda que o futuro seja incerto para o grupo Takata, por conta do defeito no sistema de airbag da fabricante japonesa que levou ao maior recall mundial de veículos, a filial brasileira mantém novos planos, como o de produzir airbags laterais no País. Hoje, produz as bolsas frontais (para motorista e carona) e as de proteção aos joelhos, com boa parte dos itens importados.

Além da unidade de Jundiaí (SP), onde são feitos os airbags, o grupo tem fábrica de cadarços para cintos de segurança em Piçarras (SC), para volantes em Mateus Leme (MG) e para bolsas de airbag no Uruguai.

A Takata pretendia construir uma quinta fábrica, em Pernambuco, para atender a Fiat Chrysler, mas o projeto está congelado. "Fornecemos airbags para o jipe Renegade e a picape Toro", informa Airton Evangelista, presidente da Takata do Brasil.

Segundo ele, nos dias de hoje, mais do que o recall gigante, o que prejudica os negócios da filial brasileira é a crise econômica e política, que levou à queda das vendas de veículos.

O grupo se preparava para produzir anualmente 6 milhões de airbags a partir de 2014, mas neste ano deverá fabricar no máximo 3,5 milhões em razão da queda na demanda.

"Apesar disso, fizemos poucos cortes de pessoal", diz o executivo. As quatro fábricas empregam 2,4 mil funcionários, 100 a menos que há dois anos.

O problema financeiro enfrentado pela matriz não afetou a subsidiária. "Nossas contas estão equilibradas; não recebemos dinheiro de fora nem mandamos dinheiro para lá", afirma Evangelista. A empresa fatura cerca de US\$ 300 milhões ao ano e não acredita que será convocada a ajudar em eventual socorro à matriz.

Evangelista afirma que o problema da explosão inadequada dos airbags afeta principalmente veículos mais antigos, produzidos entre 2001 e 2004. Segundo ele, a Takata deflagra semanalmente, para testes, 5 mil airbags recolhidos no mercado e os problemas se concentram nos produtos mais velhos, que sofreram desgaste com o tempo.

Nos últimos anos a empresa alterou a forma de uso do nitrato de amônia e, depois, introduziu um produto para evitar a umidade que afeta a amônia.

"O que está matando as pessoas não são os novos airbags", diz. Ele ressalta ainda que muitos consumidores não atendem ao recall. "A última pessoa que morreu nos EUA tinha recebido cinco cartas e não fez a troca."

O chefe do Departamento de Marketing da ESPM, Marcelo Pontes, diz que uma das maneiras de uma empresa que passa por esse problema não ter a imagem prejudicada é não mascarar o defeito, não arrumar desculpas e ser sincero. "Tem de assumir o problema e resolvê-lo de maneira rápida e eficiente".

Capacidade de produção ociosa freia investimento

04/07/2016 - Fonte: Paraná Online

Os investimentos do setor produtivo ainda vão demorar algum tempo para sair do papel, mesmo se a economia brasileira reagir nos próximos meses. Atualmente, com mais de um terço da capacidade produtiva ociosa, as empresas conseguem facilmente atender a um aumento de demanda sem a necessidade de ampliar a produção. Em resumo, isso significa que a saída da crise será mais lenta e dolorosa.

Os novos projetos, como a construção de fábricas, só devem ser desengavetados em pelo menos dois anos. Os números da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostram que, neste ano, as empresas trabalham com o uso da capacidade instalada de 64%.

É o menor índice da série histórica iniciada em 2001. A lista de setores mais prejudicados pela queda na demanda é liderada por veículos automotores, equipamentos de transportes, químico e máquinas e equipamentos.

"Num cenário com ociosidade tão grande, é difícil pensar em recuperação dos investimentos. No ciclo de retomada, primeiro as empresas usam a capacidade instalada e depois, se houver melhora no cenário e nas expectativas, pensam em ampliar a produção", afirma o economista da CNI, Marcelo Azevedo.

Segundo ele, no entanto, as projeções futuras não são nada animadoras uma vez que as incertezas políticas e econômicas devem continuar a turvar a confiança dos empresários.

A Sondagem de Investimento, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), vai na mesma direção. No levantamento do segundo trimestre, apenas 16,2% das empresas planejavam aumentar os investimentos. Segundo o levantamento, 69,1% das companhias encontram limitações para realizar novos projetos.

As principais dificuldades apontadas pelos empresários são incerteza com relação à demanda, limitação de recursos e carga tributária elevada. "O fator incerteza está sendo muito relevante, podendo levar a revisões de planos das empresas com mais frequência do que ocorria no passado", diz Aloisio Campelo, superintendente adjunto de ciclos econômicos do Ibre/FGV.

Recuo

Com a demanda enfraquecida e a confiança em baixa, a taxa de investimento do País, que já é menor quando comparada a de outros concorrentes, recuou uma década. Dados da Tendências Consultoria Integrada mostram que, em 2016, a formação bruta de capital fixo recuou para 16,9% do PIB, bem abaixo dos 20,9% de 2013, uma das maiores taxas que o País já teve nos últimos anos.

Considerada fundamental para a retomada consistente do crescimento econômico, a taxa de investimento não deve ter grandes avanços nos próximos anos. Na melhor das hipóteses, o Brasil retomaria o nível de 2013 em 2019, afirma o economista da Tendências, Rafael Bacciotti. Segundo ele, no entanto, a consultoria trabalha com um cenário básico de recuperação apenas em 2025.

Sem caixa

Outro efeito da elevada ociosidade é a piora da saúde financeira das empresas. Com caixa debilitado, sem crédito e endividadas, muitas empresas estão sem dinheiro até para o capital de giro, o que afasta a possibilidade de novos investimentos.

"Nos últimos anos, houve um período muito difícil do ponto de vista da rentabilidade das empresas", diz Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). "Isso prejudica a recuperação econômica por meio da retomada de investimentos."

Uma das consequências dessa fragilidade das empresas pode se refletir na redução de mercado. Com faturamento menor, as companhias afetadas pela crise podem perder competitividade e, conseqüentemente, ser superadas por concorrentes, segundo José Ricardo Roriz, diretor do Departamento de Competitividade da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O setor de cerâmica, por exemplo, deve perder o posto de segundo maior produtor mundial para a Índia neste ano. As empresas, afetadas pela retração do mercado imobiliário e varejo de construção, operam com 70% da capacidade instalada.

O superintendente da Anfacer, associação do setor, Antonio Carlos Kieling, afirma que, com sorte, o setor só vai cair 7% neste ano. "Com taxa de crescimento médio de 5% ao ano desde 2010, as empresas investiram pesado em novas linhas de produção. O resultado é que agora temos fábricas que ficaram prontas em 2015 e estão fechadas por falta de demanda."

Situação delicada também vem enfrentando o setor de máquinas e equipamentos. Com a paralisia dos investimentos, a produção caiu em média 20%. Mas em algumas áreas a atividade despencou 50%, como o de empresas que forneciam para a Petrobrás.

"Mesmo que as coisas entrem nos eixos em Brasília, não prevejo nenhuma melhora sensível até 2018", afirma o diretor de competitividade da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Mario Bernardini.

Parallaxis vê retomada incipiente de exportações de setores ligados à indústria

04/07/2016 - Fonte: Paraná Online

O aumento das exportações de produtos industriais no mês de junho sugere que pode haver uma retomada das vendas de itens manufaturados para o exterior, na avaliação do economista-chefe da Parallaxis, Rafael Leão.

"O câmbio já pode começar a ter um efeito de substituição das importações e de favorecimento das exportações brasileiras no setor industrial", comentou o economista, destacando o aumento das exportações nos setores de transporte, químicos e metalúrgicos em junho.

Apesar da melhora incipiente nesses setores, o quadro geral da balança comercial ainda está muito relacionado com a recessão econômica do País.

De acordo com dados do Ministério do Indústria, Comércio Exterior e Serviços, a balança comercial registrou em junho superávit de US\$ 3,974 bilhões. O saldo positivo acumulado no ano até junho soma US\$ 23,635 bilhões, o maior para o primeiro semestre desde o início da série, em 1989. "O efeito cambial desde 2015 e o momento econômico explicam o forte superávit", afirmou.

Ainda assim, Leão acredita que a atividade econômica pode estar caminhando para a estabilização. "Os indicadores pararam de piorar muito. Acredito que vamos ter um cenário em L da atividade, ou seja, depois de cairmos muito vamos ficar estáveis durante um bom tempo antes de começar a recuperação", avaliou.

4E Consultoria

O resultado da balança comercial no primeiro semestre de 2016, com saldo positivo de US\$ 23,635 bilhões, deve-se à alta do volume de exportações (quantum) e ao câmbio favorável.

A avaliação foi feita pelo economista Bruno Lavieri, da 4E Consultoria. Ele destacou a retração das importações nos primeiros seis meses deste ano, por conta da queda da atividade doméstica. "A exportação mostra ritmo bom e a importação é baixa em função da crise", comentou.

De acordo com os dados divulgados nesta sexta-feira, 1, pelo MDIC, as exportações somaram US\$ 90,237 bilhões no primeiro semestre de 2016 e as importações totalizaram US\$ 66,602 bilhões. Nos primeiros seis meses de 2015, as exportações haviam sido de US\$ 94,329 bilhões e as importações, de US\$ 92,101 bilhões.

"O desempenho das importações foi agravado pelo câmbio", comentou Lavieri. Na prática, com um dólar mais alto ante o real e a retração econômica no Brasil, a compra de produtos de outros países acaba recuando.

"E neste ano e no próximo o saldo comercial continuará bom. Não temos uma razão para uma alta muito boa de importações e, ainda que nas últimas semanas tenhamos visto um câmbio um pouco mais apreciado, em termos históricos ele ainda favorece os exportadores", comentou.

A 4E Consultoria projeta um saldo comercial total de US\$ 43 bilhões para 2016 e de US\$ 48,5 bilhões para 2017. Estes valores levam em conta uma expectativa de câmbio

no fim deste ano a R\$ 3,50 - portanto, acima dos cerca de R\$ 3,20 vistos nos últimos dias - e no fim de 2017 a R\$ 3,85.

"Com o movimento recente do câmbio, não diria que o cenário está mais altamente favorável para os exportadores. É óbvio que, com a apreciação cambial, os setores menos competitivos vão se prejudicando. Mas temos a percepção de que o nível do dólar não será muito abaixo do atual. Ele pode retomar os R\$ 3,40 ou R\$ 3,50 no fim do ano, ainda favorecendo as exportações", disse Lavieri.

Fiesp lançará em agosto anuário sobre mercado ilícito abrangendo nove setores

04/07/2016 - Fonte: Paraná Online

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp e diretor titular do Departamento de Segurança, Ricardo Lerner, informou nesta sexta-feira, 1, que a entidade está fazendo um anuário sobre mercados ilícitos de nove setores da economia brasileira (alimentos, automotivos, brinquedos, eletrônicos, higiene e perfumaria, medicamentos, químicos, tabaco e vestuário). O material será lançado em agosto.

Segundo ele, o mercado ilícito nestes nove setores movimenta R\$ 13,26 bilhões. Em 2010, para se ter ideia do crescimento dessa atividade, a cifra era de R\$ 6,7 bilhões. "O mercado ilícito cresce a uma taxa anual de 18%, enquanto a atividade econômica legal está em retração", ressaltou.

Lerner defendeu o controle de fronteiras, redução de carga tributária, destruição imediata dos produtos falsificados e contrabandeados apreendidos, rastreabilidade de produtos e punição aos operadores desse mercado ilícito.

Ele participou do "Fóruns Estadão - Combate ao Contrabando", evento organizado pelo grupo Estado, em parceria com o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP).

Chance de aumentar aposentadoria está nas mãos dos Ministros do Supremo

04/07/2016 - Fonte: Paraná Online



O analista de sistemas aposentado Celso Eduardo Machado, 64 anos, é um dos 8.056 segurados do INSS que entraram com processo de "desaposentação" na Justiça Federal do Paraná para tentar aumentar a aposentadoria. Mas o processo dele e de mais 182 mil brasileiros está "travado" no Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2014.

Celso conta que trabalhou o tempo necessário para se aposentar. Mas, por cálculos do INSS, que descontou alguns anos, ele se aposentou com valor proporcional a 30 anos trabalhados, isso em 1999. "Pelo que contribuí, teria direito a sete salários mínimos. Hoje está em dois salários, que é o que eu recebo. Para quem ganhava 38 salários mínimos enquanto trabalhava, é mixaria", diz.

Celso abriu uma loja no Centro de Curitiba e continuou trabalhando e contribuindo para o INSS até 2001. Oito anos depois, entre 2009 e 2010, entrou com o processo de desaposentação pois, segundo o advogado que o atende, esse extra de contribuição poderia lhe render um aumento de 12% na aposentadoria

Tiago Vieira, presidente da Associação dos Aposentados do Paraná (Apospar), explica que o assunto está em trâmite no STF desde 2006. Em 2014, a ministra Rosa Weber pediu vistas e o processo ficou parado na mesa dela até o fim de 2015, quando devolveu ao plenário. Desde então, o relator determinou que o processo ficasse aguardando a inclusão na ordem do dia, para ser julgado.

Quatro ministros já deram pistas do voto: dois a favor e dois contra. Mas outros sete ministros têm que votar o assunto e a posição deles ainda não é pública. Enquanto o processo tramita no STF, o INSS entrou com um recurso, pedindo a suspensão dos processos de "desaposentação", até que o STF se pronuncie sobre o tema. Mas, o recurso também não foi julgado ainda e os processos tramitam normalmente.

INSS vai ter dinheiro?

"Não estamos pedindo um reajuste ou aumento por algo que não houve contribuição. O argumento do INSS para não pagar esse extra é que não há fonte de custeio. Mas há dinheiro, pois estas pessoas continuaram contribuindo com o INSS depois de aposentadas. O segurado só está pedindo uma contraprestação do que já foi pago", analisa Tiago Vieira, da Apospar.

Já um estudo feito pela Advocacia Geral da União (AGU) diz que o impacto imediato de uma decisão do STF favorável à "desaposentação" seria de R\$ 7,65 bilhões por ano no déficit da Previdência, e o impacto de longo prazo, de R\$ 181,87 bilhões, considerando as projeções de expectativa de vida e os benefícios não judicializados.

O Ministério do Trabalho e Previdência informa que já opera em déficit há tempos. Ano passado, o Tesouro Nacional fez um aporte de R\$ 89,2 bilhões à Previdência, para cobrir o rombo.

Tem gente recebendo



Há variados tipos de decisões dos juízes em primeira instância e no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Alguns segurados tiveram decisão desfavorável e não conseguiram o aumento. Outros tiveram decisões parciais ou totalmente favoráveis. Nestas últimas duas, há segurados que já estão recebendo o aumento, outros ainda não.

O novo Código de Processo Civil prevê um recurso chamado tutela de urgência, em que o juiz pode determinar o pagamento do benefício imediatamente, para depois julgar o mérito da ação. Mas nem todos os juízes estão acatando a tutela de urgência, mesmo concordando que o segurado tem direito ao aumento. Estão esperando a decisão do STF para determinar que o INSS faça o pagamento.

Para Tiago Vieira, da Apospar, os que já estão recebendo o benefício aumentado não correm grande risco de ter que devolver a quantia, se o STF entender que os aposentados não tem direito à "desaposentação". "É uma verba de natureza alimentar, recebida de boa fé. A lei entende que não existe devolução", disse Tiago.

GENTE "DESAPOSENTANDO"



Permanecem, atualmente, em tramitação na Justiça Federal do Paraná, 1.531 ações sob o assunto "renúncia ao benefício", termo que está sendo usado juristicamente para definir "desaposentação".

Fontes: Justiça Federal - 4ª Região, e Advocacia Geral da União (AGU).

O que é "desaposentação"?

Juridicamente, o termo "desaposentação" não existe. Mas ele tem sido vulgarmente usado para designar trabalhadores que se aposentaram, continuaram trabalhando com carteira assinada e recolhendo o INSS e, depois de alguns anos, pediram aumento do benefício, por conta do valor extra que contribuíram após a aposentadoria.

Em alguns estados brasileiros, há casos de segurados que teriam direito a 80% de aumento. Como esta situação não é prevista na lei previdenciária, não é possível chegar ao balcão do INSS e simplesmente pedir o recálculo, pois o instituto irá negar. É necessário achar um bom advogado previdenciário e entrar com ação na Justiça Federal.

Mas, não há qualquer garantia de que o benefício seja aumentado. Justamente por não ser um tema previsto em lei, o STF está analisando se o segurado tem ou não direito ao aumento do benefício. E caso os ministros do STF entendam que sim, eles também devem estabelecer regras e cálculos para padronizar a nova demanda do INSS.

Enquanto os ministros não apreciam o assunto, segurados podem dar entrada em processos de "desaposentação", que vão ser julgados normalmente na primeira e segunda instâncias. Uma boa parte deles têm conseguido decisões favoráveis nestas instâncias.

Mas, como todos os outros, o processo ficará parado no STF até que os ministros julguem o tema. Por causa da instabilidade política que o Brasil passa, muitas decisões estão sendo levadas ao STF, o que está atrasando outros processos. Mas o esperado é que a "desaposentação" seja votada ainda este ano.

Nova regra para VUCs favorece Mercedes

04/07/2016 - Fonte: Automotive Business



A mudança na legislação dos VUCs para a cidade de São Paulo, que desde 9 de maio aumentou o comprimento máximo desses Veículos Urbanos de Carga de 6,3 para 7,2 metros, permitiu aumento do volume transportado por veículo em 22%. A nova regra beneficiou alguns modelos Mercedes-Benz.

Um bom exemplo ocorre na linha Sprinter, na qual passaram de cinco para oito os modelos que podem agora ser utilizados como VUCs na cidade de São Paulo. Um deles é o Chassi-Cabine 515 CDI E-Longo. "Com a nova lei, esse modelo leva até quatro metros cúbicos a mais", afirma o gerente sênior de vendas e marketing para vans, Carlos Garcia.

Os outros dois Sprinter são os furgões 415 CDI e 515 CDI para 14 metros cúbicos de carga. Antes da mudança, o maior a se enquadrar na legislação era o 415 CDI para 10,5 m³. Tanto no Chassi-Cabine como no furgão é chega-se agora a 5 mil quilos de Peso Bruto Total (PBT).

Garcia admite que a legislação é um estímulo à venda desses modelos com maior capacidade, mas prefere não arriscar um número porque os emplacamentos tendem a ocorrer fora da região metropolitana: "É difícil quantificar porque há muitos transportadores com sede fora de São Paulo, mas rodando aqui", recorda.

ACCELO 1316 6x2 AGORA PODE VIRAR VUC

Na linha Accelo, o aumento para 7,2 metros de comprimento total permite agora, mediante adaptação, a utilização como VUC do modelo 1316 6x2. O caminhão tem 13 mil quilos de PBT e carga útil de 8,72 mil kg.

Essa adaptação implica a redução da distância entre eixos e do balanço traseiro. Pode ser feita pela própria fábrica da Mercedes dentro do seu CTT, sigla para Customer Tailored Truck.

Com tal capacidade de carga em pouco mais de sete metros ele pode rodar com baú frigorífico, balança, tanque ou transportando bebidas. "Lançamos o 1316 6x2 em outubro do ano passado e no período de janeiro a maio nossa participação no segmento de caminhões médios aumentou sete pontos percentuais, chegando próxima a 30% de market share", afirma o vice-presidente de vendas e marketing para caminhões e ônibus, Roberto Leoncini, confiante na nova opção.

PARTICIPAÇÃO DE MERCADO

De 2012 a 2015, a representatividade dos VUCs no segmento de caminhões saltou de 8% para 11%. Estima-se que 40% desses modelos estejam na Grande São Paulo. "A Mercedes detém 31% do segmento", diz Leoncini.

Sobre a nova legislação para os VUCs, o executivo afirma: "Em São Paulo, é um incentivo para os transportadores que farão ou consideram fazer investimentos."

BMW, Intel e Mobileye se unem por carro autônomo

04/07/2016 - Fonte: Automotive Business



A BMW anuncia uma nova parceria estratégica com a Intel e a Mobileye para o desenvolvimento de tecnologias para carro autônomo com previsão de chegarem ao mercado em 2021.

O conceito BMW iNext será utilizado como ponto de partida para definir a base de soluções específicas para uma condução totalmente autônoma, tanto em ambientes urbanos quanto em rodovias.

As empresas defendem que as tecnologias de condução autônoma tornarão as viagens mais fáceis e seguras e reforçam que o objetivo da colaboração é desenvolver soluções que permitem aos motoristas tirarem não só as mãos do volante, mas a alcançar os níveis mais elevados de condução autônoma, os chamados "eyes off" (Nível 3) e o "mind off" (nível 4), transformando o tempo no carro um momento de lazer ou mesmo de trabalho durante os percursos sem se preocupar com a condução.

Tais níveis de autonomia iriam permitir ainda que o veículo alcance, em nível técnico, o estágio final da condução autônoma, o "driver off" (Nível 5), sem condutor ou pessoas dentro do veículo, oferecendo a oportunidade da criação de frotas autônomas até 2021.

Durante o anúncio da parceria, realizado na sexta-feira, 1º, na sede do Grupo BMW em Munique, na Alemanha, os representantes das três empresas expressaram que a plataforma de condução autônoma a ser criada de forma conjunta será oferecida para vários fornecedores do setor automotivo e de outras indústrias que também poderiam se beneficiar de máquinas autônomas.

Em seu discurso, o presidente do conselho de administração da BMW, Harald Krüger, afirmou que esta nova parceria faz parte do novo plano estratégico Number One > Next, apresentado por ele em março e cujo foco está em carros elétricos e autônomos.

"No Grupo BMW nós sempre nos esforçamos pela liderança tecnológica. Essa parceria reforça a nossa estratégia Number One > Next para moldar a mobilidade individual do futuro. Após o nosso investimento no sistema de navegação e mapa Here, a experiência combinada da Intel, Mobileye e do Grupo BMW vai entregar a próxima era de desenvolvimento para trazer a tecnologia de condução totalmente autônoma para as ruas".

"Nós já apresentamos tais soluções inovadoras na nossa nova visão de marca (denominada Os próximos 100 anos). Com este salto tecnológico, estamos oferecendo aos nossos clientes um novo nível de prazer de condução, ao mesmo tempo em que oferecemos novos conceitos pioneiros para a mobilidade premium."

Cliente gosta de demonstração do carro no tablet e test drive

04/07/2016 - Fonte: Automotive Business

Estudo recente da consultoria J.D. Power comprova que as concessionárias precisam cada vez mais recorrer à tecnologia para cativar o cliente que entra na loja. Segundo o levantamento, o recurso que mais agrada é a demonstração dos atributos do carro em um tablet, seguido por test drive. A tradicional apresentação do automóvel estático no showroom é a opção que menos satisfaz o interessado.

De acordo com a J.D. Power, a estratégia das concessionárias no Brasil para demonstrar o produto e suas vantagens tem ido na contramão do que mais agrada o cliente.

Para se ter ideia, a consultoria constatou que apenas 23% dos vendedores utilizam computador ou tablet na demonstração, mas este é o recurso que gera a maior satisfação entre os compradores, com índice de 841 pontos (em uma escala de 100 a 1.000) apurados na pesquisa.

Inversamente, quando um veículo é demonstrado estaticamente, justamente a forma mais utilizada em 69% dos casos, a satisfação cai para 799 pontos, a mais baixa segundo a visão do cliente.

O estudo também mostra que o impacto da demonstração via tablet/computador vai além da satisfação: 49% dos clientes que receberam esta apresentação disseram que

definitivamente voltariam à mesma concessionária para comprar outro veículo, enquanto que este número desce para 43% entre os que viram a demonstração estática.

Segundo a J.D. Power, esse resultado comprova que "existe uma crescente mudança dos hábitos e preferências dos clientes, o que reforça o argumento de que as montadoras e concessionários que mais rapidamente entenderem essas tendências, certamente sairão na frente", conclui o estudo.

Os compradores potenciais também gostam de receber a demonstração de recursos durante o test drive, recurso que é utilizado em 64% dos casos e tende a aumentar significativamente a média de satisfação, que fica em 822 pontos, contra 742 quando isso não ocorre.

A utilização de catálogos e panfletos é utilizada em apenas 34% dos casos nas demonstrações de produtos nas concessionárias, mas gera satisfação de 808 pontos, portanto é melhor do que somente a apresentação estática no showroom.

A consultoria destaca que os veículos estão a cada dia mais repletos de tecnologia, com muitas inovações que demandam explicações complexas até para os melhores técnicos.

Por outro lado, o cliente precisa de treinamento para utilizar todos os recursos disponíveis. Essas duas forças, aumento de tecnologia e mais informação para transmitir ao cliente, exige capacitação técnica cada vez maior dos vendedores.

Bridgestone apresenta sistema inovador de montagem de pneus

04/07/2016 - Fonte: CIMM

A Bridgestone anunciou a implementação de um novo sistema de montagem (processo de fabricação de pneus através da montagem de borracha, cintas, cordas e várias outras peças) de pneus denominado Examation, em sua planta modelo na cidade de Hikone, Japão.

Desenvolvido para aprimorar ainda mais a qualidade e produtividade das tecnologias de produção de pneus, o sistema combina as tecnologias de informação e comunicação (TIC) criadas pela Bridgestone com inteligência artificial.

A Bridgestone tem planos de utilizar o sistema futuramente em suas fábricas em todo o mundo para aumentar a competitividade da área de produção e permitir que o Grupo Bridgestone ofereça ainda mais produtos de qualidade superior a uma ampla variedade de clientes.

No final da década de 1990, a Bridgestone começou a pesquisar e desenvolver sistemas de produção de pneus aplicando as TIC e outras tecnologias avançadas com o objetivo de criar pneus mais funcionais e de melhor qualidade.

Em 2002, a empresa desenvolveu o sistema de produção BIRD, o primeiro no mundo a permitir a automação completa em diferentes áreas de produção, desde os processos de componentes até os processos de inspeção de produtos. O sistema também foi equipado para monitorar em tempo real as condições das fábricas.

O novo sistema Examation incorpora versões mais avançadas das tecnologias de informação e comunicação utilizadas no sistema BIRD e emprega novas tecnologias baseadas nos novos conceitos Bridgestone Intelligent Office (BIO) e Bridgestone Intelligent Device (BID).

BIO¹ e BID² se referem a novas tecnologias que incorporam a análise de dados utilizando a experiência da Bridgestone em processamento de materiais complexos de borracha.

Essas tecnologias também utilizam algoritmos criados através da combinação entre a análise do big data coletado dos processos de fabricação e as técnicas e o conhecimento dos especialistas da Bridgestone sobre o processo de fabricação.

Com base nos algoritmos que oferecem informações que ultrapassam aquelas geradas pelo BIO, o BID apresenta uma inteligência artificial única que controla automaticamente os sistemas de produção, permitindo o controle automático dos processos de produção e das avaliações e procedimentos de garantia de qualidade, que antes dependiam de habilidades humanas.

O sistema minimiza várias disparidades do processo de produção que surgem a partir das capacidades humanas, para alcançar níveis de precisão nunca antes vistos. Além disso, os dados coletados através deste sistema serão utilizados em conjunto com os dados provenientes de máquinas de montagem de pneus já existentes, e com os processos implementados antes e depois da montagem do sistema, assim como produtos de várias outras áreas para ajudar a aprimorar a qualidade geral dos procedimentos em todas as fábricas.

Abaixo estão as características do sistema inovador de montagem de pneus Examination.

1. Qualidade aprimorada

O sistema Examination está equipado com uma inteligência artificial que utiliza sensores para medir os dados de cada pneu com base em 480 critérios de qualidade.

O sistema Examination usa essas informações para controlar processos de produção em tempo real e garantir que a montagem de todos os componentes seja feita sob as condições ideais.

Esse sistema ajuda a proporcionar níveis extremamente altos de precisão na fabricação de pneus, resultando em uma melhoria de mais de 15% na uniformidade em comparação com os processos de fabricação convencionais.

2. Alta produtividade

Os processos de fabricação convencionais consistem no posicionamento de todos os componentes em camadas em um mesmo tambor, de forma que não é possível iniciar a etapa seguinte do processo até que a aplicação de todas as camadas esteja concluída, aumentando os tempos de produção.

Por outro lado, o sistema Examination utiliza múltiplos tambores para permitir a realização simultânea de distintos processos de fixação de peças, duplicando a produtividade em comparação com os procedimentos convencionais.

3. Processos automatizados que não requerem habilidades específicas

Os procedimentos de fabricação convencionais foram desenvolvidos com base no pressuposto de que a montagem seria realizada manualmente. Sendo assim, a capacitação e transferência de conhecimentos humanos eram aspectos cruciais do processo de fabricação.

O sistema Examination possibilita os processos de produção e as avaliações de garantia de qualidade que antes dependiam de trabalho manual. Como resultado, o sistema elimina as diversas disparidades humanas, alcançando níveis mais altos de qualidade e eficiência.

¹Bridgestone Intelligent Office (BIO): Novas tecnologias para vincular dados de campo, dados de design e tecnologias exclusivas da Bridgestone para criar algoritmos que ultrapassem os limites de informações prévias

²Bridgestone Intelligent Device (BID): Novas tecnologias para o controle automatizado de sistemas de produção com base em algoritmos que alcançam níveis "Dan-Totsu" de capacidades de fabricação.

Volvo passa a produzir motores industriais no Brasil

04/07/2016 - Fonte: Usinagem Brasil



A Volvo Penta, empresa do Grupo Volvo especializada em motores marítimos e industriais, deu início à produção de motores industriais na fábrica de Curitiba (PR). Destinados à utilização em geradores de energia, os motores de 13 litros serão fabricados na mesma linha que hoje produz os propulsores para ônibus e caminhões da marca.

"Agora é o momento de investir no Brasil", afirmou Ron Huibers, presidente da Volvo Penta Americas, que esteve em Curitiba participando dos eventos de lançamento da nova linha. Huibers lembrou que a retração atual do mercado brasileiro faz parte do ciclo dos negócios, marcado por "altos e baixos".

E acrescentou: "Estamos cumprindo nosso plano de investimento num momento adverso, expandindo nossos negócios no Brasil, aumentando a nossa competitividade e [quando o mercado retomar] estaremos bem posicionados".

Gabriel Barsalini, diretor da Volvo Penta South America, destacou que mesmo com o desaquecimento a capacidade de produção de energia do País está no limite.

"Hoje existe um déficit de cerca de 50 TW/h, que tende a crescer nos próximos cinco anos", disse, acrescentando que em 2015 o mercado brasileiro consumiu 8.900 geradores, número que tende a se repetir em 2016.

Atualmente, com a linha de motores importados, a Volvo Penta detém fatia de 6% do mercado nacional. "É um mercado de grande potencial", disse Barsalini, lembrando que a fábrica brasileira atenderá toda a América do Sul.

Serão produzidos no complexo industrial de Curitiba duas versões do motor de 13 l, TAD-1344GE e TAD-1345GE. Caracterizados pela alta performance e baixo consumo de combustível, os motores da Penta serão fornecidos aos fabricantes de grupos geradores de energia, estratégia que, segundo a empresa, permitirá atingir 70% do mercado sul-americano a partir de parcerias.

De acordo com Barsalini, o plano de expansão da Volvo Penta na América do Sul passa pela entrada em três novos mercados: Equador, Bolívia e Paraguai.

"São países com grande potencial, tanto para motores marítimos quanto para motores industriais, mas aonde temos ainda uma participação muito tímida". Atualmente, os

principais mercados da marca na América do Sul, além do Brasil, são Argentina, Chile e Peru.

INVESTIMENTO - A Volvo Penta investiu cerca de R\$ 10 milhões para passar a produzir os motores industriais no Brasil.

Em grande parte, os recursos foram destinados à estruturação da rede de suporte e assistência técnica, que aproveitou a rede já constituída da Volvo CE, empresa do grupo que fabrica equipamentos de construção.

Os motores industriais serão fabricados na mesma linha onde são produzidos os motores de caminhões e ônibus, que tem capacidade anual de produção de 23 mil blocos, 23.500 motores e 31 mil transmissões.

Composta por 28 centros de usinagem Grob, a linha foi instalada há mais de 15 anos. Aliás, o estado de conservação e o sistema de manutenção da linha são responsáveis por um dos vários prêmios conquistados pela fábrica brasileira dentro do grupo Volvo.

Além disso, o VPS - Volvo Production System adotado em todas as fábricas do grupo nasceu na fábrica de Curitiba.

Segundo Luiz Bohatch, vice-presidente de Powertrain Production South America, foram necessárias algumas alterações na linha para abrigar os novos produtos, mas o principal investimento na fábrica foi a instalação de uma área de montagem das peças e acessórios específicos dos motores industriais.

O motor D-13 é muito similar ao FH, que equipa os caminhões Volvo. A principal diferença está no cabeçote, que ganhou projeto próprio para o ciclo de trabalho industrial. Do total de peças utilizadas nos motores D-13, 45% são iguais às do motor FH.

Eleb Equipamentos investe na área de usinagem

04/07/2016 - Fonte: Usinagem Brasil



A Eleb Equipamentos - empresa controlada pela Embraer - informou na semana passada que investirá em uma nova unidade em Taubaté (SP) para a produção de trens de pouso para aeronaves de maiores dimensões.

O novo edifício - que será erguido como anexo da unidade da Embraer em Taubaté - terá 4.200 m² de área construída e abrigará um centro de usinagem de grande porte para a produção de peças de materiais duros, como aço e titânio. A nova unidade entrará em operação em 2017.

“Esse investimento em inovação, fundamental para o futuro da Eleb, coloca a empresa entre as poucas que dominam essa tecnologia de usinagem de metais duros em todo o mundo”, informou a companhia, em nota divulgada à imprensa.

Ainda segundo o comunicado a unidade da Eleb em São José dos Campos “continuará com todas as suas operações normalmente”.

As peças produzidas na nova unidade irão equipar o novo jato militar de transporte tático KC-390, e a nova geração de jatos comerciais, os E-Jets E2, ambos em desenvolvimento e com protótipos que já voaram.

Korloy investe para crescer no mercado brasileiro

04/07/2016 - Fonte: Usinagem Brasil



Novos produtos para fresamento e torneamento da Korloy

A Korloy do Brasil, subsidiária da fabricante de ferramentas de corte de origem sul-coreana, está conseguindo cumprir suas metas de crescimento no mercado brasileiro, apesar do ambiente atual pouco propício aos negócios.

“Fechamos o primeiro semestre com aumento de 80% no faturamento, comparado ao mesmo período do ano passado”, afirma José Marcandalli, gerente Nacional de Vendas da filial brasileira. “Nossa meta é a de dobrar o faturamento este ano e acredito que vamos atingir esse objetivo”.

A confiança do gerente em grande parte está baseada nas ações e investimentos realizados pela empresa desde a abertura da filial brasileira em maio de 2014. “Mesmo levando em consideração que a Korloy do Brasil está há pouco tempo no mercado brasileiro e que nossa participação aqui ainda é pequena, dobrar o faturamento num ano difícil, como está sendo 2016, é um feito”, avalia.

Além de se estruturar tecnicamente, com a criação de uma equipe de engenharia de aplicação, a empresa investiu na ampliação da rede de distribuidores, hoje formada por 19 empresas.

“Com média de três vendedores em cada distribuidor, temos uma força de vendas de quase 60 profissionais trabalhando a nossa marca nos principais polos industriais do País, número bem superior ao de dois anos atrás, quando contávamos apenas com um distribuidor local”.

Para Marcandalli, a estratégia adotada para trabalhar com a rede de distribuidores também é fundamental para o cumprimento das metas. Por esse modelo, os distribuidores também serão responsáveis pelo atendimento dos grandes clientes de suas respectivas regiões, com o suporte inicial da Korloy nas áreas comercial e técnica.

Para estes casos, foi adotada o sistema de venda direta ao cliente final - através dos distribuidores -, o que traz reflexos positivos no custo final para os clientes.

“Concluimos a implantação desse sistema em março e já estamos vendo bons resultados”, diz o gerente. Ele explica que, a princípio, o trabalho se concentrou em grandes clientes que estão com bom volume de produção, caso dos exportadores e das empresas ligadas ao setor de energia.

Outro fator que deve contribuir para a performance da marca no Brasil é a evolução da linha de produtos da Korloy. Marcandalli lembra que a Korloy - que acaba de completar 50 anos de fundação - até pouco anos atrás se destacava no mercado mundial basicamente pelas suas linhas de ferramentas para aço inox e alumínio.

“Nós últimos anos, porém, a empresa fez grandes investimentos e avanços no desenvolvimento, exemplo das novas linhas para fresamento a 90°, de torneamento para ferro fundido e aço, além das linhas de furação e para corte e canal”.

Política cambial volta a prejudicar a indústria

04/07/2016 - Fonte: Usinagem Brasil

A Abimaq, entidade que representa a indústria de máquinas e equipamentos, divulgou nota oficial na sexta-feira onde afirma estar “preocupada com a atual política cambial adotada pelo Banco Central”. O objetivo da nota é o de chamar a atenção do governo para os efeitos nefastos que essa medida causa para a indústria de máquinas e equipamentos.

Veja abaixo a íntegra da nota oficial:

“Câmbio volta a prejudicar a indústria

Após 15 anos de real fortemente apreciado, que reduziu a indústria de transformação para menos da metade neste período, a equipe econômica do Governo Temer volta a utilizar a velha política de juros altos e câmbio baixo, que já quebrou o país em 1999, e que é uma das grandes responsáveis pela atual crise econômica.

Os débeis sinais de recuperação de alguns setores industriais resultantes do curto intervalo de tempo no qual o câmbio esteve relativamente competitivo, que também quase eliminou o déficit em conta corrente, estão ameaçados de serem abortados.

Entendemos que uma taxa de câmbio abaixo de R\$/US\$ 3,8 coloca em risco este início de recuperação, desestimula o setor produtivo a brigar no mercado externo e elimina o único drive disponível no curto e médio prazo para voltarmos a crescer”.

Romi-Isetta, 1º carro produzido no País, completa 60 anos

04/07/2016 - Fonte: Usinagem Brasil



Há exatos 60 anos, a Indústrias Romi de Santa Bárbara d'Oeste (SP) dava início à produção do primeiro carro de passeio fabricado no Brasil, o Romi-Isetta. Um marco na história da indústria automobilística brasileira, o veículo em formato de gota d'água, de dois lugares e uma única porta frontal foi fabricado entre 1956 e 1961.

Atualmente o Romi-Isetta é um item de colecionador e chega a custar até R\$ 100 mil. Segundo levantamento divulgado pela Detran-SP, Romi-Isetta tem 84 exemplares registrados no Estado de São Paulo.

O primeiro Romi-Isetta saiu da linha de montagem em 30 de junho de 1956, mas o lançamento oficial ocorreu alguns meses mais tarde, em 5 de setembro, quando um desfile de 16 deles rodou pelo centro da capital paulista.

Em 1956, São Paulo contava com 2,2 milhões de habitantes e, em todo país, existiam cerca de 300 mil automóveis particulares. Esses automóveis eram importados ou montados no país em regime CKD.

A produção do último Romi-Isetta ocorreu em 1º de dezembro de 1961.

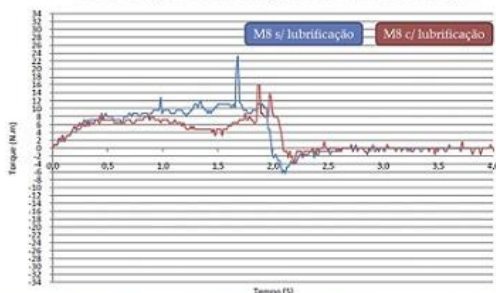


Eva Wilma e John Herbert em propaganda do Romi-Isetta

Fluido de corte diminui torque na usinagem

04/07/2016 - Fonte: Usinagem Brasil

Gráfico comparativo de usinagem a seco e com lubrificação:



Teste: Pico de torque de 24N.m (linha azul) na usinagem a seco e de 16 N.m (linha vermelha) com o fluido de corte. Conclusão: redução de 30% no torque devido ao uso do óleo, o que garante menor temperatura durante a usinagem, menor gasto de energia, aumento da vida útil de máquinas e ferramentas e ainda melhor acabamento para as peças usinadas.

Fonte: Quimatic Tapmatic

A Quimatic Tapmatic, fabricante de especialidades químicas, divulgou recentemente os resultados de um teste que compara os efeitos da usinagem realizada com e sem fluido de corte.

Simulando uma operação de rosqueamento, o teste foi feito com equipamento de precisão e comprova que na usinagem com fluido ocorre uma redução de pico de torque (força necessária para rodar ou virar objetos) de cerca de 30% na comparação com o ocorrido na usinagem a seco. Em resumo, 16 Nm com lubrificação contra 24 Nm sem o óleo.

“Essa diferença evidencia as várias vantagens da usinagem com fluido de corte, entre elas menor temperatura durante o trabalho, menor gasto de energia, além do aumento de vida útil de máquinas e ferramentas”, enfatiza Marcos Pacheco, químico Sênior da Quimatic Tapmatic.

“Outro diferencial é que a redução de atrito e de temperatura alcançada com o fluido garante melhor acabamento para as peças, sem a necessidade de diminuir a velocidade de corte ou aumentar a rpm.”

A Quimatic Tapmatic utilizou no teste material em aço carbono ABNT 1020, com ferramenta HSS (aço rápido) de canal helicoidal M8 x 1,25mm, em rotação de 280 rpm e velocidade de corte de 7m/min.

O fluido de corte escolhido foi o Quimatic 1, óleo integral para todos os metais, exceto alumínio. A empresa possui uma linha completa de fluidos que atendem todos os tipos de materiais e necessidades.

Maxion Wheels investe em fábrica de rodas de alumínio em Limeira

04/07/2016 - Fonte: Usinagem Brasil



A Maxion Wheels, divisão da Iochpe Maxion S/A, inaugurou na semana passada fábrica de rodas de alumínio em Limeira (SP). A planta está localizada no mesmo terreno onde está instalada a unidade que produz rodas de aço para veículos leves. Na primeira fase, terá capacidade produtiva de 800 mil rodas/ano e, em sua segunda fase, terá capacidade eventual de produção de 2 milhões de rodas/ano.

Para Marcos Oliveira, CEO da Iochpe-Maxion, a nova fábrica vai atender a alta demanda do mercado nacional por automóveis com este tipo de roda. "Os consumidores brasileiros seguem uma tendência global em busca de veículos mais sofisticados, mais completos e as rodas de alumínio passam a ser uma exigência nos novos modelos de automóveis", ressalta.

O executivo lembra que, além deste investimento em Limeira, recentemente a Maxion Wheels expandiu em 50% a capacidade produtiva de sua planta localizada na cidade de Santo André (SP), que também produz rodas de alumínio e hoje já colhe os frutos da crescente demanda neste segmento de mercado.

A escolha pela cidade de Limeira ocorreu naturalmente. O fato de já possuir uma planta produtiva na cidade, com toda logística preparada, know-how tecnológico e de desenvolvimento instalado no Centro de Excelência, proporcionando grande sinergia para o negócio, pesou a favor.

Além disso, o interior de São Paulo tornou-se um polo automotivo competitivo, com extensa cadeia de fornecedores, presença das grandes montadoras globais com novas plantas, e altos investimentos e expansões das unidades atuais.

Líder na produção de rodas para automóveis de passageiros, caminhões leves, caminhões comerciais e trailers, a Maxion Wheels também produz rodas de aço para veículos agrícolas, militares e outras aplicações fora de estrada.

Com mais de 100 anos de experiência na produção de rodas, a Maxion Wheels produz cerca de 60 milhões de rodas por ano, fornecendo para montadoras globais com operações em 12 países nos 5 continentes e possui centros de tecnologia avançada nas Américas (Limeira), Europa e Ásia.

Retomada da geração de empregos só deve ser realidade em 2020

04/07/2016 - Fonte: EM.com

A perda de dinamismo do país implicou o aumento do desemprego desde o início de 2015. E o Brasil ainda está longe de uma realidade diferente. Na avaliação do economista Miguel Foguel, especialista em mercado de trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a geração de vagas só deve se tornar factível a partir de 2018 e a taxa de desocupação, hoje de 11,2%, só recuará para abaixo dos dois dígitos em 2020.

Foguel explica que o pleno emprego, que se viu nos últimos anos, foi destruído pela recessão e só se tornará realidade depois de um longo período de crescimento sustentado do Produto Interno Bruto (PIB). "Muitos brasileiros estão em uma situação de desalento em meio à dificuldade de se recolocar no mercado. Com isso, temos perda de capital humano", comenta.

Para o especialista do Ipea, a boa notícia é que parte da população tem aproveitado a crise para se requalificar, sobretudo quem chegou a esse momento de recessão com alguma reserva financeira para emergências.

Apesar disso, ele destaca que muitos profissionais, mesmo qualificados, têm se sujeitado a aceitar empregos que pagam menos para garantir alguma fonte de renda ou trabalhando por conta própria.

"O exemplo prático dessa situação é o Uber. Muitas pessoas aproveitaram o dinheiro da rescisão para comprar um carro e prestar o serviço. São as alternativas que os brasileiros têm encontrado para sobreviver", comenta. Mas o que realmente incrementa o mercado de trabalho e faz a renda crescer é o crescimento econômico.

Entre janeiro e março de 2016, o rendimento médio real de trabalhadores com nível superior era de R\$ 4.426, 4,9% a menos que o observado no primeiro trimestre do ano passado, de R\$ 4.656. O recuo é ainda maior entre trabalhadores com ensino médio completo, que recebem, em média, R\$ 1.589 — retração de 5,6%.

Patrick Batista, de 33 anos, desempregado, está entre os que se viram obrigados a mudar de atividade. Ele virou ambulante. "Se não fosse isso, passaria fome", diz. "O mais triste é que, quando olhamos para a frente, não vemos saída. Temos que andar para trás", reforça.

Exportadores calculam perdas com queda do dólar

04/07/2016 - Fonte: EM.com

A recente valorização do real não estava no radar das empresas e pegou a indústria brasileira no contrapé. Em duas semanas, a moeda americana saiu do patamar de R\$ 3,40 para R\$ 3,20. Na quinta-feira, chegou a bater em R\$ 3,18.

A alta do dólar ante o real no ano passado havia recolocado as empresas brasileiras de volta no jogo das exportações. As companhias se tornaram mais competitivas, promoveram uma reorganização interna e passaram a enxergar o mercado externo como uma válvula de escape, no momento em que o País estava mergulhado na pior recessão desde a década de 30.

Entre os empresários, os indícios de valorização do real dão uma sensação de déjà vu. Nos últimos anos, um mantra repetido pelo setor industrial era de que o real valorizado tirava a competitividade das exportações. E foi o que ocorreu: as empresas brasileiras perderam espaço no mercado internacional.

"A valorização do real tem nos deixado apreensivos. A empresa fez planos imaginando que o dólar estaria mais próximo de R\$ 4 do que de R\$ 3", afirma o presidente da calçadista Vulcabrás/Azaleia, Pedro Bartelle.

"Calculamos os nossos preços e fizemos as nossas pré-vendas, mas essa valorização tem corroído o resultado das exportações" ano, a empresa planejava um crescimento de 30% nas vendas para o mercado internacional. Com a mudança de patamar do câmbio nas últimas semanas, reduziu a projeção para alta de 20%.

O cenário se torna mais difícil porque as empresas também estão tendo de lidar com

a volatilidade do câmbio. No início deste ano, por exemplo, o dólar chegou a ser cotado acima de R\$ 4.

"É muito difícil trabalhar com essa oscilação do câmbio", afirma o presidente da Cedro Têxtil, Marco Antonio Branquinho Junior. "A volatilidade, talvez, seja o maior desafio. A exportação exige um planejamento para 30, 60 ou 90 dias. Num cenário como o atual, de grande oscilação, os empresários estão assumindo riscos muito grandes."

Nos anos de real valorizado, entre 2% e 3% do faturamento da Cedro vinha da exportação. Com a desvalorização do real, a companhia projetou um aumento dessa fatia para 10% em 2016, e chegou a sonhar com 15%.

"O volume de 10% já foi alcançado no primeiro semestre. Eu até pensei que essa projeção fosse um pouco tímida e cheguei a projetar 15%", afirma o empresário. "Agora, ela fica em suspenso. A fatia que já alcançamos pode ser considerada um bom patamar."

Risco

Na Fakini Malhas, todas as vendas feitas com um câmbio inferior a R\$ 3,50 estão representando uma perda de rentabilidade para a empresa. "Para o segundo semestre, as propostas para o mercado internacional foram feitas com um câmbio na casa dos R\$ 3,50. Nesse momento, se fecharmos algum negócio, vamos levar um prejuízo", afirma Francis Giorgio Fachini, diretor comercial da empresa. "Como o volume de exportação não é tão expressivo para comprometer o nosso negócio, nós conseguimos administrar essa redução de margem momentânea."

Na avaliação de André Leone Mitidieri, economista da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o atual patamar do dólar já prejudica as exportações brasileiras. "Para reduzir os estoques acumulados, a indústria conseguia baixar o preço em dólar por causa da taxa de câmbio desvalorizada", afirma Mitidieri. "Com essa valorização recente, a margem do início do ano pode ter sido perdida."

Empresas renegociam R\$ 420 bilhões em dívidas

04/07/2016 - Fonte: R7

De maneira silenciosa, mas persistente, a recessão que tomou conta da economia foi comprometendo a saúde financeira dos maiores negócios nacionais. Segundo um levantamento, ao qual o jornal O Estado de S. Paulo teve acesso em primeira mão, cerca de 40% das maiores empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo estão muito endividadas, sendo que mais da metade delas está em estado "crítico", tem dificuldade de pagar dívidas que somam R\$ 420 bilhões.

Se na conta for incluído os débitos da Petrobras, que somam cerca de R\$ 450 bilhões, o volume total de dívidas consideradas críticas vai a R\$ 870 bilhões.

Na avaliação dos especialistas, tão ou mais preocupante do que o tamanho da conta tem sido a solução encontrada para tirar a corda do pescoço: a maioria está apenas renegociando os passivos com os bancos. Alongam prazos, reduzem valor das parcelas, enfim, jogam a conta para frente, numa aposta de que haverá dias melhores na economia em pouco tempo.

Os dados constam de um levantamento feito pela consultoria alemã Roland Berger. Foram avaliados os balanços de 133 das maiores empresas em receita listadas na Bovespa. São as pesos-pesados da economia brasileira. Representam 25 setores e suas receitas somam R\$ 1 trilhão - o equivalente a 17% do Produto Interno Bruto do País.

A conclusão: 77 empresas estão saudáveis, mas os indicadores de 26 empresas do grupo em melhor condição mostram deterioração financeira. Outras 54 empresas, 40% do total, têm dívidas muito elevadas, sendo que 34 delas chegaram a um estado "crítico": têm dificuldade de gerar receita para pagar os juros das dívidas. Esse grupo mais fragilizado concentra praticamente 70% das dívidas do total de empresas avaliadas no estudo.

"Ficou claro para nós que uma parcela importante do mundo empresarial brasileiro atravessa um momento mais complicado do que dá a entender. Há um problema grave de solvência nas grandes empresas nacionais", diz o português Antonio Bernardo, presidente da consultoria Roland Berger no Brasil.

Rolagem

Os consultores da Roland Berger se preocuparam particularmente com a estratégia escolhida pela maioria para contornar o momento adverso. A análise do endividamento teve como ponto de partida os balanços de setembro de 2015. De lá para cá, a economia se deteriorou ainda mais e as empresas que tinham os piores indicadores adotaram como estratégia principal simplesmente rolar os débitos.

"A maioria procurou os bancos e, se teve bons argumentos, conseguiu renegociar a dívida, mas no fundo não tocou na raiz do problema. Ocorre que não reestruturar o negócio num ambiente de crise é assumir um risco alto. Se a economia não sair da recessão e voltar a crescer no prazo esperado, o problema pode voltar lá na frente pior do que antes", diz Bernardo.

O sócio da Roland Berger Gustavo Lopes, responsável pela coordenação do levantamento listou para o Estado as 133 empresas avaliadas, mas não se sentiu confortável em apontar as mais problemáticas. Citou, no entanto, alguns casos públicos.

Na lista das empresas consideradas em estado crítico figura a Oi, um típico exemplo do tamanho do risco que se corre quando a tática é empurrar dívidas sem mexer na operação. A maior empresa de telefonia tinha condições de pagar os juros de sua dívida, mas estava com problema de liquidez para pagar parcelas que venciam.

Ficou um ano e meio conversando com credores, num tenso processo de reestruturação financeira que deu em nada. Há cerca de duas semanas, entrou com pedido de recuperação judicial de uma dívida de R\$ 65 bilhões, a maior da história do País. Outro caso é o da Gol.

A empresa opera com prejuízo desde 2011, teve a nota de crédito rebaixado pelas agências de risco e tenta renegociar prazos para o pagamento de uma dívida de quase R\$ 7 bilhões, boa parte dela com detentores de bônus.

Casos menores também fazem parte da lista, como a Forja Taurus, Log-in e Contax, que recentemente fecharam renegociações de dívidas.

A Petrobras está numa situação atípica. Vem conseguindo rolar as dívidas de curto prazo com financiamentos de bancos da China e emissão de bônus. Mas se de um lado ela paga a dívida financeira, está numa ampla renegociação de contratos com seus fornecedores.

Analistas preveem dólar a R\$ 3,46 ao final de 2016

04/07/2016 - Fonte: R7

Com a forte queda do dólar na semana passada, o mercado financeiro revisou de forma importante as projeções para o câmbio deste e do próximo ano. Isso, mesmo com a

volta de atuação do Banco Central (BC) neste mercado por meio de leilões de swap cambial reverso.

O Relatório de Mercado Focus, divulgado nesta segunda-feira (04) pelo BC, apresentou que a cotação da moeda estará em R\$ 3,46 no encerramento de 2016 ante R\$ 3,60 do levantamento anterior - um mês atrás, estava em R\$ 3,68. Com isso, o câmbio médio de 2016 passou de R\$ 3,61 para R\$ 3,51 - um mês antes, estava em R\$ 3,65.

Para 2017, a mediana recuou de R\$ 3,80 para R\$ 3,70 de uma divulgação para a outra - quatro semanas atrás estava em R\$ 3,85. Já o câmbio médio do ano que vem caiu de R\$ 3,74 para R\$ 3,61 de um levantamento para o outro - estava em R\$ 3,81 um mês atrás.

Selic

Depois da divulgação do Relatório Trimestral de Inflação (RTI) e da definição da meta de 2018 (4,5% com bandas de tolerância de 1,5 ponto porcentual), as projeções do mercado para a taxa básica de juros praticamente não se mexeram.

O Relatório de Mercado Focus trouxe estabilidade das previsões para a Selic no fim de 2016 em 13,25% ao ano (aa) e para 2017, em 11,00% aa. Na semana passada, os analistas já tinham apresentado fortes correções para a taxa, que atualmente está em 14,25% ao ano. Entre os Top 5, porém, houve mudanças significativas na edição do documento desta segunda-feira.

Um mês atrás, o boletim apontava a Selic em 12,88% para o encerramento de 2016 e em 11,25% para o fim de 2017. No caso da Selic média, a mediana das previsões subiu novamente, de 14,03% para 14,06% para o horizonte de 2016 ante 13,88% de quatro semanas atrás.

Já para 2017, a mediana do mercado para a Selic média permaneceu em 11,67% pela segunda vez - um mês antes estava em 11,70% ao ano.

Nas estimativas do grupo dos analistas consultados que mais acertam as projeções, o chamado Top 5 da pesquisa Focus (médio prazo), a estimativa para o fim deste ano recuou de 13,75% aa, patamar em que já estava há um mês, para 13,50%. Para 2017, a mediana recuou de 11,25% aa para 10,50% - um mês antes, estava em 12,25% aa.

Projeção para inflação 2016 cai para 7,27% após 6 semanas estável, segundo Focus

04/07/2016 - Fonte: R7

Depois que o presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, enfatizou em sua primeira entrevista que buscará o centro da meta de inflação em 2017, de 4,5%, a mediana das estimativas no Relatório de Mercado Focus, divulgado nesta segunda-feira, 4, pelo BC, cederam após seis semanas seguidas de estabilidade.

De acordo com o documento, a taxa para o ano que vem oscilou de 5,50% para 5,43%. Também para a inflação deste ano, a trajetória de alta das estimativas, que vinha sendo mantida por seis semanas, recuou no boletim, com a mediana passando de 7,29% para 7,27%.

A rigidez das previsões para o ano vinha trazendo inquietações dentro do Comitê de Política Monetária (Copom). Na ata do Copom e no Relatório Trimestral de Inflação (RTI), os diretores da instituição enfatizaram que há um "choque temporário" dos preços dos alimentos. No RTI, o BC informou que projeta inflação de 4,7% para 2017 no cenário de referência e de 5,5% pelo de mercado. Já no caso de 2016, as

estimativas são de, respectivamente, 6,9% e 7,00%. Para o IPCA acumulado em 12 meses até junho de 2018, a previsão é de 4,2%.

Também ajudou o movimento o fato de, na quinta-feira passada, o Conselho Monetário Nacional (CMN) ter decidido repetir em 2018 a meta de inflação de 2017, de 4,5% com margens de tolerância de 1,5 ponto porcentual para cima e para baixo.

Entre as instituições que mais se aproximam do resultado efetivo do índice no médio prazo, denominadas Top 5, as medianas das projeções para este ano recuaram de 7,29% para 7,18%. Para 2017 permaneceram em 5,30%. Quatro semanas atrás, as expectativas eram de, respectivamente, 7,09% e 5,50%.

Já a inflação suavizada 12 meses à frente, que tinha voltado a apresentar alta, agora caiu, passando de 5,98% para 5,90% de uma semana para outra - há um mês, estava em 5,94%.

As estimativas do mercado para os índices mensais também inverteram a tendência de alta da última semana: as de junho recuaram de 0,39% para 0,38% (quatro semanas antes estavam em 0,33%). Para julho, passou de 0,40% para 0,38% - um mês antes estava em 0,26%.

Preços administrados

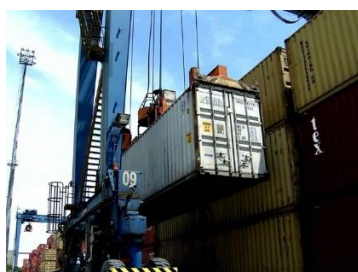
O Relatório de Mercado Focus trouxe uma queda nas projeções para os preços administrados de 2016 de 7,00% para 6,94%. Há um mês, a mediana das estimativas estava em 6,98%. Vilões da inflação de 2015, ao avançarem 18,07%, no caso de 2017, a mediana das expectativas continuou em 5,50%, onde já se encontra há oito semanas seguidas.

O BC conta com forte desinflação desse segmento este ano para levar o IPCA para o intervalo de 4,5% a 6,5% em 2016. Nos últimos tempos, o dólar mais baixo também tem mostrado que pode colaborar com esse movimento.

No Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgado na semana passada pelo BC, a taxa para os preços administrados em 2016 mudou de 6,1% do RTI de março para 6,7%. Na ata do Comitê de Política Monetária (Copom) de junho, a estimativa era de 6,8%. Para 2017, a expectativa é de alta de 5,3% ante 5,0% do último RTI e da ata divulgada no mês passado.

Dólar em baixa ameaça exportações, mas pode aliviar recessão

04/07/2016 - Fonte: G1



O dólar em baixa ameaça a boa fase das exportações brasileiras, mas pode ter um efeito colateral benéfico para a economia em recessão, avaliam economistas ouvidos pelo **G1**. Mesmo que uma queda mais profunda leve a balança comercial de volta ao vermelho, ela pode ser um remédio contra a inflação - num momento em que os juros perderam a eficácia no controle dos preços.

Na última semana, o dólar bateu o menor patamar em quase um ano frente ao real, confirmando a mudança de rota após ter subido 48% no ano passado. A moeda dos

Estados Unidos recuou 18% no 1º semestre e teve em junho a maior alta mensal desde abril de 2003.

Mesmo com essa queda, o dólar está longe de alcançar patamares de dois anos atrás. Em julho de 2014, ele era vendido por volta de R\$ 2,20. Segundo economistas, a moeda norte-americana acima de R\$ 3 ainda garante o saldo da balança comercial e ajuda a proteger a indústria nacional da concorrência de fora – mas esse cenário pode mudar se o dólar continuar caindo.

“A balança comercial ainda é sustentável neste patamar [*dólar acima de R\$ 3*]. Mas é preciso encontrar a cotação ideal para o país continuar exportando e ao mesmo tempo ter uma inflação mais controlada”, afirma o economista Alexandre Wolwacz, sócio-fundador do Grupo L&S.

Mesmo com a desvalorização de 11% do dólar em junho, a balança comercial continua colecionando resultados positivos. No primeiro semestre, o saldo do comércio exterior foi a maior em 28 anos, quando começou a série histórica.

Mas os produtos industrializados perderam espaço nas exportações. Os manufaturados recuaram 4% entre janeiro e junho, com as maiores quedas no setor de autopeças (-25%) e motores para veículos (-22,6%), segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Indústria exportadora reclama

O dólar abaixo de R\$ 3,30 já dificulta a negociação dos contratos de exportação da Wolfstore, fabricante gaúcha de tecidos e estamparia. O volume exportado pela empresa caiu cerca de 70% desde que o câmbio inverteu a trajetória, conta o gerente de negócios da empresa, Cláudio Wolf.

Com o real mais forte, Wolf conta que precisa brigar por preços melhores para viabilizar os contratos, o que não ocorria com o câmbio acima de R\$ 3,50. “Se o dólar continuar caindo vai dificultar bastante nossas vendas para fora”, diz Wolf.

“A balança comercial no vermelho não é tão prejudicial quanto uma população desempregada passando fome, e estamos vendo isso acontecer”

Alexandre Wolwacz, do Grupo L&S

A pequena empresa de Novo Hamburgo (RS) exporta para países como México, Colômbia e Argentina, mas sua receita está protegida pela presença maciça na indústria de moda nacional, que chega a 97% das vendas.

Perda de competitividade

Um dos argumentos contra a valorização do real é que ela enfraquece a indústria nacional, uma vez que a entrada maior de produtos importados no país aumenta a concorrência e pressiona os preços para baixo.

O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, diz que a queda do dólar tira a competitividade da indústria, já afogada pelo alto custo da produção, enquanto as exportadoras de commodities têm margem maior para aguentar mudanças no câmbio.

“A maior prejudicada é a indústria de manufaturados, que já perdeu espaço no comércio exterior. As empresas que fizeram contratos de venda no ano passado vão amargar prejuízo vão deixar de vender, ameaçando os empregos”, diz Castro.

Para ele, o dólar a R\$ 3,80 é o patamar ideal para ajudar a competitividade da indústria.

Mas o presidente da AEB acrescenta que o câmbio, sozinho, não soluciona todos os problemas da indústria. "O câmbio ajuda, mas não compensa todas as deficiências de logística e custo", diz.

Em nota, a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) declarou que uma taxa de câmbio abaixo de R\$ 3,80 "coloca em risco este início de recuperação [da economia], desestimula o setor produtivo a brigar no mercado externo e elimina o único drive disponível no curto e médio prazo para voltarmos a crescer".

Para Wolwacz, do L&S, o dólar forte protege a indústria da competição externa, mas não incentiva a produção. "Estamos em franco processo de desindustrialização. O forte no Brasil são os agronegócios, comércio e serviços, e são esses setores que precisam ser incentivados no momento".

Efeitos do câmbio na economia

Na visão de Wolwacz, os benefícios trazidos pela queda do dólar para o conjunto da economia superaram os malefícios causados à indústria. "Uma balança comercial no vermelho não é tão prejudicial quanto uma população desempregada passando fome, e estamos vendo isso acontecer", diz.

Para ele, é equivocada a ideia de que o dólar baixo só beneficia turistas com planos de viajar ao exterior. "A desvalorização da moeda dos EUA traz um importante alívio para a inflação e isso pode gerar efeitos benéficos para a economia".

O economista do grupo L&S vê com otimismo a entrada de produtos importados no país, com o real mais forte, que estimularia uma queda nos preços capaz de dar margem para o Banco Central reduzir a taxa básica de juros, hoje em 14,25% ao ano. "Isso fomentaria o crédito e o consumo, estimulando a geração de empregos".

Veja abaixo as principais causas da queda do dólar:

NO BRASIL

Taxa de juros

No fim de junho, o Banco Central informou que o cenário ainda "não permite trabalhar com a hipótese de flexibilização das condições monetárias [corte de juros]". Ou seja, deve levar mais tempo que o esperado para a taxa Selic começar a cair. Hoje ela está em 14,25% ao ano, o maior patamar em 10 anos. Os juros altos aumentam o apetite dos estrangeiros em investir no Brasil e isso ajuda a fortalecer o real frente ao dólar.

Repatriação de recursos

A lei que permite a brasileiros a regularizar o dinheiro não declarado no exterior (pelo pagamento de impostos) tende a incentivar a entrada de dólares no país, fortalecendo o real. "Tem muito dinheiro lá fora. Esses recursos são revertidos para os cofres públicos e podem ajudar as contas do governo, além de empurrar o dólar para baixo", explica Wolwacz, da L&S.

Cenário político

As incertezas sobre o afastamento definitivo de Dilma Rousseff na presidência têm levado o dólar a oscilar, segundo analistas, já que o mercado entende que o processo definitivo do impeachment daria espaço para a concretização de novas medidas econômicas.

Intervenções do BC

Desde que Ilan Goldfajn assumiu a presidência do BC, o órgão só fez uma intervenção no câmbio, depois que a moeda fechou a R\$ 3,21 pela primeira vez em quase 1 ano. Ele sinalizou ser favorável ao câmbio flutuante, ou seja, deixar o dólar flutuar pela força do mercado e sem fazer leilões de swap cambial (que equivalem à compra ou venda de dólares do mercado futuro). Segundo analistas, essa "falta de intervenção" seria um sinal de que o BC pretende deixar o dólar cair.

NO EXTERIOR

Vitória da Brexit

O referendo que decidiu pela saída do Reino Unido do bloco da União Europeia gerou incertezas econômicas em todo o mundo. Isso leva maior cautela aos mercados e faz com que bancos centrais dos países desenvolvidos segurem as taxas de juros a níveis muito baixos (inclusive negativos, como no Japão e Alemanha), levando investidores a procurar mercados mais atrativos para alocar seu dinheiro. Isso reflete na queda do dólar frente a várias moedas.

Juros nos EUA

Com o resultado do Brexit, o Federal Reserve (BC dos Estados Unidos) deu sinais de que não subirá as taxas de juros no país tão cedo quanto se imaginava. Com isso, o capital estrangeiro que migraria para lá com um aumento dos juros tende a permanecer em outros mercados, especialmente os emergentes, que oferecem taxas de juros mais atrativas. Isso segura a cotação do dólar.

Commodities

A Brexit derrubou temporariamente os preços das principais matérias-primas, mas elas logo voltaram a se recuperar. O petróleo chegou a tocar US\$ 50 o barril nas últimas semanas, após ter atingido mínimas históricas no começo do ano, negociado abaixo de US\$ 30. O minério de ferro também se recuperou, confirmando o fim do ciclo de queda. Essa valorização das commodities atrai mais dólares para países exportadores como o Brasil, pressionando sua cotação para baixo.

Confiança do pequeno empresário cresce, mas pessimismo persiste

04/07/2016 - Fonte:G1

O índice que mede a confiança dos micro e pequenos empresários do varejo e serviços aumentou em junho, mas segue ainda apontando quadro geral de pessimismo. No mês passado, o indicador ficou em 42,93 pontos, um crescimento de 1,77% em relação ao mês anterior e de 18% na comparação com o ano passado. Os dados são do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

Confiança do pequeno empresário

O indicador segue abaixo do nível neutro de 50 pontos, indicando quadro geral de pessimismo por parte dos pequenos empresários. A escala do indicador varia de zero a 100, sendo que quanto mais próximo de 100, mais confiante está o micro e pequeno empresário consultado.

“Se há otimismo, os empresários estão mais dispostos a assumir riscos para ampliar seus negócios e contratar mais funcionários. Mas o humor do empresariado também depende de medidas efetivas do governo para conter o aumento do desemprego e da deterioração fiscal, o que poderá ser observado nos próximos meses com o desenrolar da crise e dos fatos políticos”, afirma o presidente da CNDL, Honório Pinheiro.

Piora na economia

A percepção dos micro e pequenos empresários sobre a economia brasileira também segue pessimista. De acordo com a pesquisa, 84,6% dos empresários consideram que a economia regrediu nos últimos seis meses, contra apenas 4,6% que consideram ter havido melhora.

Já na avaliação de seus próprios negócios, 66,5% dizem ter havido piora no desempenho, enquanto 7,8% dizem ter registrado melhora nos últimos meses.

Expectativas

Segundo a pesquisa, os micro e pequenos empresários melhoraram suas expectativas para os próximos seis meses. No último mês de junho, o indicador marcou 57,39 pontos, alta de 19,2% com relação ao mesmo mês do ano passado.

Na comparação com o mês anterior, as expectativas para a economia passaram de 50,34 pontos, em maio, para 54,78 pontos, em junho. Com essa alta, o indicador manteve-se acima da marca neutra de 50 pontos, indicando que a maior parte desses empresários espera que a economia melhore nos próximos meses.

Desaposentadoria continua incerta na Justiça em meio a 'chuva' de pedidos

04/07/2016 - Fonte:G1

O número de aposentados que pedem a desaposentadoria – troca do benefício na Justiça por outro mais vantajoso – mais que dobrou desde o anúncio de uma possível reforma da Previdência. Até agora, pelo menos 180 mil processos estão à espera de um sinal verde em tribunais do país – contra 70 mil casos somados até o fim do ano passado, segundo o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Ainda que alguns tribunais de instâncias inferiores venham reconhecendo esse direito, a desaposentadoria (ou desaposentação) só será de fato concedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) se o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir que os pedidos são válidos.

A Justiça chegou a conceder a troca do benefício em casos isolados antes de a questão chegar ao STF.

O julgamento, que valerá para todas as ações em andamento, ainda não tem data para acontecer. Até lá, a obtenção do benefício permanece incerta.

A “desaposentadoria” é o direito do trabalhador aposentado de pedir na Justiça um novo cálculo do benefício, na tentativa de aumentar o seu valor. O INSS não reconhece esse direito, por isso ele só pode ser pleiteado na Justiça – sem a garantia, até agora, de que será concedido em todos os casos.

Em abril, o INSS tentou suspender todos os processos que tramitam na Justiça no país pedindo a desaposentadoria, mas o STF negou o pedido e também um recurso do órgão que insistia na suspensão.

Segundo a diretora do IBDP, Gisele Kravchychyn, com essa decisão, os pedidos na justiça ainda podem ser julgados, mas as decisões em primeira e segunda instância estão condicionadas à decisão dos ministros do Supremo.

Julgamento parado

O julgamento está parado desde o final de 2014, quando a ministra Rosa Weber fez um pedido de vista (solicitou um tempo para analisar melhor sua decisão). Até agora, quatro dos 11 ministros votaram, com empate, sobre os dois recursos extraordinários que correm no STF sobre a “desaposentadoria”.

Pelo mecanismo da “desaposentadoria”, o aposentado que continuou trabalhando e contribuindo para a Previdência poderia renunciar ao direito de receber o benefício pago pelo INSS e que foi gerado pelo fator previdenciário.

Esse mecanismo, criado em 1999, reduz o valor da aposentadoria para quem parou de trabalhar mais cedo. Ele leva em conta o tempo de contribuição do segurado, sua idade quando pediu o benefício e a expectativa de vida.

Na prática, ao cancelar o primeiro benefício o segurado deverá receber na segunda aposentadoria proporcionalmente a todas as contribuições realizadas até então, de forma que o período trabalhado com novas contribuições para a Previdência servirá para melhorar o valor do benefício.

Veja perguntas e respostas sobre a desaposentadoria:

Quem pode pedir a desaposentadoria?

Quem já se aposentou pelo fator previdenciário (mecanismo que permite se aposentar mais cedo, mas que reduz o valor do benefício) e continua contribuindo para a Previdência Social pode pedir a troca do benefício na Justiça. O direito de pedir a "desaposentadoria", contudo, não garante que ela será concedida.

Como o aposentado que contribui poderia melhorar o benefício por esse mecanismo?

Quanto mais novo o trabalhador e menor seu tempo de contribuição ao se aposentar, menor é o benefício recebido pelo chamado fator previdenciário. Por isso, se o aposentado continua a trabalhar, seu tempo de contribuição e sua idade aumentam, tornando o valor do benefício mais favorável.

Qual o possível impacto da desaposentadoria nas contas públicas?

Ao pedir a suspensão de todos os pedidos de "desaposentadoria" no STF, o INSS argumentou que o impacto financeiro da matéria para os cofres da Previdência Social poderia chegar a R\$ 181,8 bilhões nos próximos 30 anos. Mas o IBDP, que é parte na ação, discordou desse número.

A presidente da entidade, Jane Berwanger, diz que ele considera a hipótese de todos os aposentados que ainda trabalham receberem a "desaposentação". "Além disso, o impacto de R\$ 6 bilhões ao ano não é significativo, representa 1,53% do que a Previdência gasta anualmente com benefícios e só vai pedir a troca quem contribuiu depois de aposentado", afirmou na ocasião.

Já é possível se desaposentar?

Hoje, o INSS não reconhece a desaposentadoria, ou seja, não admite que o segurado renuncie ao benefício recebido para pedir outro, com base em novas condições de contribuição e salário. Por isso, os aposentados que continuam trabalhando e contribuindo para o INSS têm recorrido à Justiça para tentar um benefício maior, sem garantia de conseguir.

Como o STF vê a desaposentadoria?

A questão da desaposentadoria chegou ao STF por um recurso extraordinário que vai servir de base para todas as ações judiciais no país. Em agosto do ano passado, dois ministros votaram contra a possibilidade do benefício – Dias Toffoli e Teori Zavascki –, enquanto outros dois votaram a favor – Luís Roberto Barroso e Marco Aurélio Mello.

O julgamento, no entanto, foi interrompido por um pedido de vista da ministra Rosa Weber, que queria mais tempo para analisar a matéria. Desde então, o processo não voltou à pauta do STF e as dúvidas sobre a possibilidade de recálculo continuam.

Existe previsão de alguma lei sobre a desaposentadoria?

A Câmara dos Deputados aprovou por maioria de votos, em setembro do ano passado, uma emenda constitucional que prevê a chamada desaposentadoria. A matéria ainda precisa passar pelo Senado Federal e pelo presidente da República, e foi incluída como emenda à medida provisória (MP) que mudou o cálculo da aposentadoria pela fórmula 85/95.

Pelo texto da Câmara, haverá uma carência de 60 novas contribuições após a primeira aposentadoria para que o trabalhador possa pedir o “recálculo” do benefício.

Carro totalmente autônomo é futuro distante

04/07/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo



As montadoras e as empresas de tecnologia vêm promovendo uma visão otimista do futuro, em que os carros vão se conduzir sem a ajuda de motoristas e em que os acidentes graves serão raríssimos. Para os engenheiros, porém, o tom da discussão é mais moderado: o quão autônomo esses veículos podem e devem ser?

O debate ganhou força na semana passada após a revelação de que um motorista de um Tesla Model S morreu num acidente na Flórida enquanto o carro elétrico operava no modo Autopilot (espécie de piloto automático).

O veículo colidiu com um caminhão.

Ao menos por ora as montadoras não dão sinal de reduzir esforços para produzir um carro plenamente autônomo. Mas elas dizem que a tecnologia ainda não é avançada o suficiente para estar nas ruas –em uma cutucada implícita na Tesla.

A BMW afirmou na sexta (10) que pretende fabricar um veículo autônomo, mas não antes de 2021 e que ele terá uma tecnologia bem diferente da usada hoje pela Tesla.

Maior montadora do mundo, a Toyota é uma das mais cautelosas nessa corrida. No ano passado, ela disse ia investir US\$ 1 bilhão em uma pesquisa que prioriza carros que funcionariam como "anjos da guarda": impedindo o motorista de fazer um erro, em vez de substituí-lo.

ESTÁGIOS DIFERENTES

A Tesla, que introduziu o Autopilot em 2015, afirma que o sistema não pretende assumir o controle completo do veículo e que o motorista deve continuar atento e com as mãos no volante.

Já Ford, Google, Volvo e outras companhias pretendem criar um veículo totalmente autônomo, que possa operar com segurança e sem nenhuma intervenção humana –o que os engenheiros chamam de nível quatro de direção autônoma. No nível três, ou semiautônomo, a tecnologia dirige o carro sob algumas circunstâncias, mas exige que o motorista esteja pronto para assumir a direção.

O Autopilot, da Tesla, ainda não é um nível três completo, e alguns especialistas dizem que é um risco.

"Há um grande risco inerente e que já foi bem comprovado: o computador cometer um erro e o motorista não assumir logo a direção", diz Mark Wakefield, diretor da consultoria Alix Partners.

Uma das preocupações de especialistas é que sistemas como o adotado pela Tesla possam levar o motorista a pensar que não precisa prestar atenção na estrada.